

A INSURREIÇÃO DE 1935



O escritor Graciliano Ramos e uma de suas principais obras, *Memórias do Cárcere*, que conta sua passagem pela prisão. A obra é analisada pela professora Brasília Carlos Ferreira em seu artigo, escrito especialmente para esta edição do DN Educação

Fotos Arquivo/DN



Política e literatura

Começamos oprimidos pela sintaxe e acabamos às voltas com a Delegacia de Ordem Política e Social, mas, nos estreitos limites a que nos coagem a gramática e a lei, ainda nos podemos mexer.

Graciliano Ramos

Completa 70 anos a Insurreição Comunista que eclodiu em Natal no dia 23 de novembro de 1935, tendo durado três dias. Nos dias 24 e 27 do mesmo mês houve tentativas frustradas de repetir o feito em Recife e no Rio de Janeiro. O recuo temporal favorece a rememoração do episódio: motivações, atores e conseqüências. E, através dele, refletir sobre os tortuosos caminhos da democracia brasileira. Também é ocasião propícia para celebrar os homens e mulheres que participaram daquele movimento, os conhecidos e os anônimos, que sofreram as agruras das prisões e das torturas e os que pagaram com a vida o empenho na luta por seus ideais.

Os anos trinta são fundamentais na história política do país. Marcam a entrada dos trabalhadores urbanos na cena pública, admitidos como interlocutores pelos vitoriosos da Aliança Liberal que levou Getúlio Vargas ao poder. Para os trabalhadores norte-rio-grandenses é um período de efervescência política, o movimento sindical está em ascenso alimentado pela disputa entre cafeistas e comunistas. O Partido Comunista se volta para a organização sindical, formando os

trabalhadores com o discurso ideologizado e sectário da frente única.

Era um tempo de ideais. Tempo de disputa em que tomar partido era fatal. A compreensão dos acontecimentos de 1935 e suas conseqüências passa pelos contextos nacional e local caracterizados por práticas políticas marcadas pelo radicalismo. No plano nacional, frente ao avanço do integralismo, os comunistas substituem a tática de frente única então em vigor, pela frente popular contra o fascismo e, em março de 1935, fundam a Aliança Nacional Libertadora. Formada como uma frente popular antifascista e antiimperialista, a ANL seria o primeiro movimento de massas de caráter nacional, chegando a organizar 1.600 núcleos em todo o país. Tendo Luís Carlos Prestes como Presidente de Honra, a ANL reuniu ex-tenentes, comunistas, socialistas, democratas e liberais. Para ela convergiram setores da classe média, estudantes e trabalhadores.

No plano local, circulavam rumores de que estava em preparação um movimento liderado pelos comunistas. A explicação para este evento está relacionada à cultura de rebelião que vinha se formando desde os anos 20, com o protagonismo de militares, do qual a Coluna Prestes é exemplar. As rebeliões tenentistas que pontuaram os anos 20, a vitoriosa Aliança Liberal dos anos 30, as disputas políticas locais, a acirrada disputa das eleições de 1934, somadas à contenda entre comunistas e integralistas, eram o caldo de cultura que fazia germinar as idéias de sublevação que impregnavam os militares do 21º BC e alimentavam o grupo de militantes comunistas.

As consignas Deus, Pátria e Família X Terra,

Trabalho e Liberdade, contrapunham integralistas e comunistas em confrontos de rua, não sendo raros os episódios marcados pela violência do enfrentamento direto. A ANL defendia um programa nacionalista de reformas sociais, econômicas e políticas, que incluía a reforma agrária. Aproveitando o apoio da sociedade à causa antifascista, Prestes lança, em julho de 1935, um manifesto pedindo a renúncia de Vargas. Em represália, o governo decretou a ilegalidade da ANL e o conseqüente fechamento de suas sedes em todo o país.

A revolta começou dia 23 em Natal com a sublevação do 21º BC. A escolha das datas permanece obscura em meio às versões disponíveis. Há quem afirme que a data teria sido marcada através de um telegrama falso do Chefe de Polícia, que já estava informado da iminência do movimento. Outros dizem que houve má interpretação da senha: a senha era 2 e 3, para ser interpretada como 25, mas foi lida como 23. Uma terceira versão afirma que o próprio Getúlio Vargas estava avisado do levante e mantinha a polícia atenta, na vigilância aos comunistas, desde a extinção da ANL.

Em qualquer dos casos, sobra estranheza diante da impossibilidade de que a rebelião fosse bem-sucedida. Ainda assim, o movimento pôs em fuga o governador Rafael Fernandes e todo o secretariado que no momento do ataque se encontravam no Teatro. Além disso, houve tentativa de expandir o movimento para as cidades do interior do estado, para onde seguiram caravanas dirigidas por militantes do Partido com a missão de destituir os prefeitos locais, nomear pessoas de confiança e implantar o socialismo, segundo depoimento de um dos participantes.

Tomou posse uma Junta Revolucionária assim constituída: Sargento Quintino Clementino Barros, Defesa; Lauro Lago, Interior e Justiça; José Macedo, Finanças; João Galvão, Viação; José Praxedes, Aprisionamento. Segundo Praxedes, João Lopes também integrou a junta, que permaneceu no poder durante três dias.

Fracassado o levante, o governador reassumiu o governo do Estado e junto com as elites proprietárias iniciou a grande revanche. Rafael Fernandes era proprietário de salinas em Mossoró e o PCB havia organizado o sindicato dos operários em salinas, um sindicato fortemente ideologizado e que já realizara greves importantes e vitoriosas. Era uma categoria numerosa e até nos confrontos com o pequeno contingente policial, os trabalhadores eram vencedores, por estarem em maioria.

Chegara a hora da desforra. Foi organizada uma expedição punitiva que saiu recolhendo os trabalhadores sindicalizados, os militantes do PCB, os adversários políticos. Prefeitos que eram adversários do governador refugiaram-se para não serem presos. Foi enviado telegrama ao Ministro da Justiça denunciando a perseguição. Interrogado, o governador reafirma a condição de extremistas dos seus opositores e legítima a caçada.

A repressão atingia a todos os adversários do

As tentativas de rebelião deixaram marcas decisivas na cena política brasileira



Lauro Lago, secretário de Interior e Justiça do Governo Comunista, e Mário Paiva: 10 anos de prisão

grupo no poder. Os cafeístas, os não cafeístas, partidários da Aliança Liberal, todos foram presos sob acusação de comunistas. A fúria maior abateu-se sobre os sindicatos, especialmente o das salinas. O fracasso do Levante ofereceu o pretexto para a destruição dos sindicatos. As sedes foram invadidas, o mobiliário e o material existente destruído e toda a diretoria presa.

No dia 24, em Recife, rebelaram-se duas unidades militares, recebendo a adesão de trabalhadores. São rapidamente dominados. Gregório Bezerra, um dos líderes do movimento foi preso em João Pessoa, conduzido a Recife e torturado. Transferido para a ilha de Fernando de Noronha, foi condenado pelo Tribunal de Segurança Nacional a 28 anos de prisão. Três dias depois, 27 de novembro, subleveu-se o 3º Regimento de Infantaria, na praia Vermelha, e a Escola de Aviação, no Campo dos Afonsos, ambos no Rio de Janeiro. Dois batalhões, sob o comando do capitão Agildo Barata, tentaram sair às ruas, sendo rapidamente controlados.

As tentativas de rebelião deixaram marcas decisivas na cena política brasileira. De um lado, revelou o distanciamento entre a esquerda organizada e a população. De outro, forneceu pretexto para o pensamento conservador ressaltar uma pretensa vocação golpista e antidemocrática das esquerdas. O movimento frustrado alimentou nas forças conservadoras seu ideário anti-mudanças e anti-povo.

O ponto comum aos três movimentos é a participação determinante do PC, mesmo que jamais assumida oficialmente pelo partido. Em Natal foi publicada uma carta em um jornal chamado "ALIBERDADE", cujo título-exortação diz bem a inspiração do movimento: Delenda, Fascismo! Visto com olhos de hoje, soa incompreensível e politicamente voluntarista um movimento com aquelas características. Ele só pode ser compreendido no contexto de intensa agitação social, rebeldia dos militares e presença ativa

Fotos Arquivo/DN



O escritor Graciliano Ramos durante o processo de escrita

do PCB naquele período.

Malgrado o levante, foi decretado o Estado de Sítio em todo o país. Tem início uma caçada inédita na história brasileira. Rebeldes, simpatizantes, sindicalistas e pessoas alheias ao movimento são perseguidos, presos, torturados, mortos. As prisões recebem centenas de pessoas, muitas das quais em função de querelas locais, sem a menor ligação com a rebelião. Muitos caem na clandestinidade. Prestes é preso, permanecendo na prisão até 1945. Sua mulher, a judia Olga Benário é entregue à Gestapo, polícia política nazista, e viria a morrer em um campo de concentração da Alemanha, em 1942.

Graciliano Ramos é um caso exemplar. Foi preso em Maceió sem acusação formal, somente viria se a filiar ao PCB em 1947. Sobre sua prisão se expressa de forma concisa, quase telegráfica, enigmática como uma charada: não me acusavam: suprimiam-me. Aquela contradança desorientava-me. Foi levado para Recife e de lá para o Rio de Janeiro, onde passou por várias prisões: Pavilhão dos Primários da Casa de Detenção, Colônia Correccional de Dois Rios (na Ilha Grande), novamente Casa de Detenção e, por fim, ficou na Sala da Capela de Correção.

Em todas elas, conviveu com muitos dos que haviam participado da rebelião de 1935, e com tantos outros que, tal como ele, não tiveram qualquer vinculação. A amarga experiência nas prisões, junto com centenas de homens e mulheres de diversos estratos sociais e níveis distintos de implicação com os acontecimentos de 1935, levaram-no a produzir uma obra memorialística, Memórias do Cárcere, que deixada inconclusa, viria a ter publicação póstuma.

Originalmente disposto em quatro volumes, Memórias do Cárcere é um documento/monumento de uma época. Fala de um momento particular da história de nosso país, um tempo de opressão em que homens e mulheres idealistas, partidários da democracia e da liberdade foram obrigados a habitar celas de prisões. Nele, Graciliano, registra a violência do Estado Novo sobre as pessoas acusadas de conspirar contra o governo Vargas. Através de sua narrativa acompanhamos não apenas sua trajetória nas prisões, mas também a de muitos outros brasileiros e estrangeiros, militantes comunistas e não comunistas, homens e mulheres feitos prisioneiros a partir da fracassada tentativa de sublevação que entraria para a história como o Levante Comunista de 1935.

Em Memórias do Cárcere, Graciliano descreve sua via-sacra e de seus companheiros de prisão de maneira seca, realista, sem adjetivações. Como se fizesse uma autópsia. Não há emoção ou revolta. Apenas a constatação de que o tempo virara e que a brutalidade da prisão lançara seu manto escuro sobre aquelas pessoas. Não se esforça em fazer ficção, é de realidade que se faz sua escrita e nela coisas, acontecimentos e pessoas figuram com suas próprias estaturas. Sem adornos. O texto evoca uma certa amargura que é a matéria daqueles tempos difíceis. Preso, sem acusação formal, sem previsão do tempo de permanência na prisão, sua narrativa capta não apenas suas agruras, volta-se para a variada fauna humana que o cerca, os seus próximos não escolhidos, e os descreve com o mesmo distanciamento e desgosto com que descreve a si mesmo.

Em certo momento ele escreve: o mundo se tornava fascista. Num mundo assim, que futuro nos reservariam? Provavelmente não havia lugar para nós, éramos fantasmas, rolaríamos de cárcere em cárcere, fariamos num campo de concentração. Nenhuma utilidade representávamos na ordem nova. Se nos largassem, vagariamos tristes, inofensivos e desocupados, farrapos vivos, fantasmas prematuros; desejaríamos enlouquecer, recolhemo-nos ao hospício ou ter coragem de amarrar uma corda ao pescoço e dar o mergulho decisivo. Essas idéias, repetidas, vexavam-me; tanto me embrenhavam nelas que me sentia inteiramente perdido.

Graciliano fora Prefeito de Palmeira dos Índios e Secretário de Instrução Pública de Maceió, mas se realizava como escritor. Através do texto fino, cortante, sem gorduras, era possível apreender nele as idéias que alimentavam a pena exigente. Graciliano tinha olhos de ver e era crítico do que via: uma cidade, um estado, um país, voltado para sua própria mediocridade. As críticas aos privilégios, as idéias contrastantes com o pensamento em voga, levaram-no à prisão. O que eu desejava era a morte do capitalismo, o fim da exploração, diz ele, como se fosse pouco.

Trabalhadores norte-rio-grandenses que partilharam com Graciliano as mesmas pri-

sões e a angústia de vir-a-ser, foram imortalizados em sua obra. Entre as páginas surgem, entre outros, Lauro Lago e José Macedo, Secretários do Interior e da Fazenda da Junta Provisória de Natal em 1935. Segundo Graciliano, tinham-se agitado 48 horas, esperando que o resto do país se rebelasse. Além deles, havia muitos outros norte-rio-grandenses, como Epifânio Guilhermino, João Francisco Gregório, João Rocha, Paulo Pinto, Sebastião Félix, Euclides, Gastão, Domício Fernandes, Ramiro Magalhães, Carlindo Revoredo, Mário Paiva, Carlos Van der Linden, Horácio Valadares, João Anastácio, Paulista. Também foram seus contemporâneos na prisão, Hercolino Cascardo, Agildo Barata, José Medina, Rodolfo Ghioldi, Lourenço Moreira Lima, Álvaro Ventura, Apolônio de Carvalho e Antônio Maciel Bonfim, o polêmico Miranda, dirigente partidário que entraria na história como informante da polícia. Entre as mulheres estavam Nise da Silveira, Olga Prestes, Elisa Berger, Carmem Ghioldi, Leonila, Maria Joana, Maria Werneck, Rosa Meireles, Valentina e Beatriz Bandeira.

Muitos dos nomes citados já eram pessoas conhecidas, fizeram história, seus nomes figuram em livros, são estudados nas universidades. Outros, tornaram-se profissionais de destaque, nas suas áreas de atuação, como Nise da Silveira, notável psiquiatra que viria a fundar o Museu do Inconsciente. Mas, entre os prisioneiros e prisioneiras, também havia homens e mulheres simples, estivadores, trabalhadores em salinas, sindicalistas. A referência a eles, mesmo aos desconhecidos, é uma espécie de reconhecimento de sua existência, finalmente, foram atores importantes num certo momento da história, ousaram desafiar o conservadorismo reinante, e propor alterações na sociedade. Isso lhes dá o direito à imortalidade.

Mas, naquele momento, eram apenas seres humanos ordinários, tragados pelo braço forte do autoritarismo, sem grandes chances de sobrevivência. Havia deixado para trás, família, trabalho, a comunidade de pertencimento. Levavam consigo apenas os ideais. O próprio Graciliano, já um escritor reconhecido e admirado, expressa a fragilidade de suas vidas, ao afirmar o quanto eram vulneráveis: éramos insignificâncias, miudezas supressas do organismo social, e podíamos ser arrastados para cima e para baixo, sem que isto significasse inconveniência. Informações vagas e distantes, alevisosas, o rancor de um inimigo, deturpações de fatos de repente nos causariam choque e mudanças. Dependíamos disso.

Mas, a convivência com militares traz surpresas para Graciliano. Ele descobre que a solidariedade não é atributo de classe, de raça, de categoria profissional, dos militares ou dos paisanos. Ele descobre o ser humano, em sua condição de ser humano. Sem rótulos. Antes de embarcar de Recife para o Rio de Janeiro, o capitão Lobo o surpreende com a oferta de empréstimo, para prover necessidades futuras nas próximas cadeias. Diante de fato surpreendente, reage com humildade: realmente a desgraça nos ensina muito; sem ela eu continuaria a julgar a humanidade incapaz de verdadeira nobreza.

Deportado para o Rio de Janeiro, com uma breve passagem por Recife, permaneceu preso até 1937. Sem culpa formada. Ele próprio admite sua hesitação em traduzir em texto a experiência. Tanto assim que demorou quase 10 anos a fazê-lo. Jus-

tifica o ato de escrever as memórias de um tempo sombrio: resolvo-me a contar, depois de muita hesitação, casos passados há dez anos. Escreverei talvez asprezadas, mas é delas que a vida é feita. Ele fora preso por culpa de pensamento, por escrever livros perigosos. Minhas armas fracas e de papel somente podiam ser manejadas no isolamento.

A memória daqueles episódios, além de possibilitar a reflexão sobre evento singular de nossa história política, nos oferece a oportunidade de lançar um olhar crítico sobre o Século XX do qual este conflito é apenas um dos episódios. Ele teve como marca central a disputa entre comunistas e anticomunistas. No Brasil, como lá fora, a disputa capitalismo X socialismo dividiram corações e mentes. A disputa entre os dois projetos de sociedade trouxe a guerra fria e a reforma do capitalismo produziu o estado de bem estar social. A rememoração dos eventos de 1935, traz de volta um tempo em que as disputas políticas eram balizadas por utopias.

O episódio de 35 forneceu as bases políticas e sociais para a forte tradição anticomunista na sociedade brasileira. Tradição que se alimentou da difusão de versões apócrifas sobre 1935, divulgadas pelo Estado e pelo pensamento conservador. O conjunto de representações sobre o evento produziu um vigoroso imaginário anticomunista, que desde então, pontua negativamente o espaço da política. As construções em torno da Insurreição Comunista, forjaram os pilares do agressivo anticomunismo brasileiro, respaldando atitudes repressivas contra ações e práticas de esquerda em nosso país.

Hoje, 70 anos depois, vivemos em um outro mundo. A ausência de utopia atingiu fortemente as instituições tradicionais de representação como Partidos e Sindicatos. A crise da esquerda ampliou-se. O século XX destruiu as certezas ao evidenciar a crise do projeto civilizatório. Crise dos paradigmas, fim das grande narrativas, emergência da mídia como criadora de uma nova historicidade. Esses acontecimentos vão alterar profundamente a vida política das sociedades. No contexto da crise da modernidade, fez-se tábua rasa das conquistas sociais e econômicas resultantes de mais de cem anos de lutas sociais, vistas agora como arcaísmos e entraves à nova ordem neo-liberal. As idéias de tradição, memória, passado, experiência cedem lugar à efemeridade dos saberes e à fragmentação do social.

Tudo isso conduz ao estranhamento da Insurreição de 1935, um evento da época em que a luta pelo socialismo enchia o mundo de esperança. Mas, para além de avaliações e julgamentos, erros e acertos, vale a pena lembrar um tempo em que a capacidade de sonhar e de lutar pela utopia de um outro Brasil mobilizava homens e mulheres, letrados, e trabalhadores braçais. Afinal, apesar de todas as mudanças permanece a certeza de que é a partir da ação dos homens e mulheres, que se dá forma à sociedade. Portanto, sempre será tempo de mudar o mundo mudado.

**Brasília Carlos Ferreira é
Professora do Depto
de Ciências Sociais da UFRN**

Arquivo/DN



Eliezer, Macedo e Galvão, secretários de Estado, foram presos e condenados há 10 anos